

A HISTÓRIA DO FOGO E O FOGO NA HISTÓRIA: CONCEITOS, MÉTODOS E RESULTADOS DO PROJETO FIREUSES – PAISAGENS DE FOGO

Miguel Carmo

Instituto de História Contemporânea — NOVA FCSH / IN2PAST

Durante cerca de três anos e meio, o projeto FIREUSES – Paisagens de Fogo, com uma equipa multidisciplinar de nove investigadores, provenientes sobretudo da história, mas também da sociologia, antropologia e ecologia, submeteu o atual regime de grandes incêndios em Portugal a uma investigação histórica sobre a sua origem e desenvolvimento ao longo do século XX. Sem deixar de parte a incidência crescente dos incêndios rurais nas últimas quatro décadas, amplamente estudadas pelas ciências ecológicas e florestais, a equipa do projeto analisou maioritariamente o período do Estado Novo, mapeando, por um lado, a emergência do problema dos incêndios nos discursos político e científico e, por outro lado, a transição entre as agriculturas do fogo e o incêndio florestal – duas *paisagens de fogo* fundamentalmente distintas – em dois territórios de montanha, as serras contíguas da Lapa e da Nave, a norte, e a serra de Monchique, a sul.

O ponto de partida que motivou a candidatura e o desenho do projeto pode resumir-se numa pergunta simples: como e quando nasceram os incêndios catastróficos em Portugal? Daqui e de uma dupla aposta metodológica – explorar a possibilidade de uma “história portuguesa” dos incêndios, a partir de fontes locais e nacionais, ao mesmo tempo que se concentrava a pesquisa no fogo, elemento fugidio pouco dado a enquadramentos nacionais e disciplinares – resultou uma história multifacetada do fogo que convoca a história política e científica nacional, a transformação agrícola e rural nas serras portuguesas, o embate histórico entre formas de conhecimento e, por fim, uma história dos grandes incêndios na Época do Antropoceno. A “perseguição do fogo” como método de pesquisa permitiu, ademais, revelar aspectos e processos, tanto sociais como ecológicos, que permaneciam invisíveis ou invisibilizados nos diversos olhares e estudos dedicados ao território rural português.

De forma sumária, o aumento das restrições aos usos do fogo no espaço rural e a sua crescente estigmatização resultou da emergência concomitante da silvicultura científica e dos projectos de florestação dos baldios no final do século XIX, no quadro do liberalismo político. Desde então, as serras passaram a ser imaginadas, nas esferas da administração e das ciências agronómicas, como paisagens sem fogo. Com o Estado Novo e com o seu Plano de Povoamento Florestal (1938), a oposição entre floresta e fogo ganha novo alento. Até ao final dos anos 1950, surgem várias menções às “queimadas” bem como ao “incendiarismo” que ameaçam os planos de florestação. No início da década de 1960, inicia-se, porém, uma nova fase, em que se debate o “inferno dos incêndios” já como emergência nacional e não como ameaça limitada aos pinhais do Estado. O sucesso deste programa intelectual, administrativo e económico de exclusão do uso do fogo nos sertões serranos desaguou, de forma paradoxal, numa nova paisagem de fogo caracterizada por incêndios a cada ano mais frequentes, extensos e destrutivos.

A pesquisa centrada nas serras de Monchique e da Lapa/Nave permitiram reconstruir uma história local da transformação de uma paisagem rural organizada em torno de práticas extensivas de fogo para uma paisagem florestal e industrial percorrida regularmente por grandes incêndios. Durante os anos 1960, Monchique e Lapa/Nave transitaram de uma economia rural baseada nos cereais e outros cultivos para uma economia centrada no eucalipto e pinheiro, respectivamente. A recolha de fontes orais, através de mais de 60 entrevistas semiestruturadas, foram determinantes para caracterizar a agroecologia do fogo camponesa e a transformação agrária no período 1950–1980. Com surpresa, descobrimos um repertório significativo de tecnologias de fogo, tanto a norte como a sul, que estava em pleno vigor nas décadas de 1950 e 1960.

Nos meses de verão, outrora dedicados às roças e queimas extensivas, os avisos insistentes sobre o risco de incêndio dominam as emissões de rádio e televisão. Numa irónica volta do destino, as “perniciosas tradições” do fogo rural receberam a partir de 1970, a par do aparecimento de grandes incêndios e da revalorização de saberes agrícolas e ecológicos camponeses no pós-25 de Abril, uma importante revalorização no discurso técnico-científico e são hoje apresentadas pelos especialistas como uma saída para o enigma ardente português.

O conceito de *paisagens de fogo* abrange, deste modo, num cruzamento da história social, da história da ciência e da história do ambiente, quer a persistência e transmutação do fogo nas montanhas, quer também o universo de discursos político-científicos construídos em torno da utopia de uma paisagem sem fogo.